

Hernández AM. *Antropología médica: teorías sobre la cultura, el poder y la enfermedad*. Rubí (Barcelona): Anthropos; 2008.

Thomas Josué Silva ¹

¹ Universidade Federal do Pampa.

O antropólogo espanhol Ángel Martínez Hernández, doutor em antropologia pela Universidade de Barcelona, vem atuando como pesquisador convidado em diversas universidades estrangeiras (UC Berkeley, Universidade Degli Studi di Perugia e Unam) e desenvolvendo pesquisas no âmbito das ciências sociais e saúde mental, infância e juventude. O autor destaca-se também pelos seus trabalhos em teoria da antropologia médica e políticas sanitárias na Europa e na América Latina. Trabalhou como assessor científico e avaliador em diferentes organismos públicos e programas internacionais de saúde, como o VI Programa Marco da União Europeia. Atualmente é professor titular de antropologia social na Universidade Roviri i Virgili e diretor de estudos avançados do Instituto de Infância e Mundo Urbano de Barcelona, Espanha.

A obra que vamos apresentar deste pesquisador suscita uma importante contribuição teórica da antropologia médica acerca do desenvolvimento das teorias sociais e culturais e sua interface com os processos de saúde-doença no contexto da pesquisa etnográfica e sua relação com o campo da saúde coletiva.

Trata-se de uma discussão que ganha relevo na revisão dos marcos teóricos da tradição histórica da antropologia no campo da saúde – “casi una genealogia”, como menciona o autor –, destacando a importância do amadurecimento teórico que as ciências sociais foram adquirindo nos últimos trinta anos na reflexão sobre a dimensão complexa que a saúde e a diversidade cultural engendram nas diferentes sociedades humanas. Dessa forma, o autor elabora uma abordagem crítica acerca das dimensões culturais e das relações de saber-poder que o campo biomédico consolidou na construção de racionalidades hegemônicas para interpretar e intervir nos processos de saúde-doença dos grupos sociais e no desenvolvimento de políticas públicas no setor.

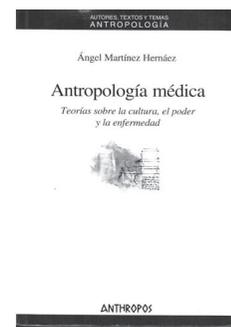
A obra é organizada em quatro grandes capítulos. No primeiro capítulo o autor abre a discussão resgatando a história da antropologia médica, discutindo temas que abrangem o desenvolvimento da disciplina e seus modelos explicativos acerca dos fenômenos saúde e cultura. Assim, na primeira parte da obra, o antropólogo apresenta três grandes modelos de explicação dos fenômenos saúde-doença na perspectiva antropológica, compreendendo o “modelo clássico”, o “modelo pragmático” e o “modelo crítico”.

Ao discutir o “modelo clássico” no campo teórico da antropologia médica, destaca uma hermenêutica cultural que percebia as medicinas indígenas como um sistema místico ou irracional “derivado de la propensión de la mentalidad primitiva” que culminava com uma clássica distinção entre natureza e cultura, que situava os fenômenos saúde-doença nesse prisma interpretativo. Já o “modelo pragmático”, influenciado pelos estudos sobre problemas psiquiátricos urbanos iniciados na Escola de Chicago (1939), passando pela história da medicina nos anos 50 e sua aproximação teórico-metodológica com as ciências sociais no mesmo período, culminou na utilização dos conhecimentos antropológicos em saúde para a elaboração de programas de saúde dos países em desenvolvimento, fomentada por organismos como a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Como aponta Hernández na página 31 da obra em questão, *la tarea del antropólogo es informar sobre cómo determinadas creencias de los nativos sobre la etiología de las enfermedades (la intrusión de un objeto extraño dentro del cuerpo, por ejemplo) puede arruinar la campaña de vacunación mejor planificada*. Observa-se nesta passagem o destaque que o autor dá à natureza aplicada do saber antropológico no contexto da intervenção em saúde pública – neste caso, o problema da vacinação no contexto da saúde indígena. Nessa direção, é importante ressaltar os trabalhos pioneiros desta orientação pragmática, *Programas de saúde na situação intercultural* (1955), preconizados por Gonzalo Aguirre Beltrán¹, que foram considerados como referência da antropologia aplicada à educação sanitária indígena no México deste período.

O modelo crítico, por sua vez, ganhou atualidade nas últimas décadas, principalmente nos anos 80 e início dos anos 90 do século passado, propondo um debate influenciado pela fenomenologia, pelo relativismo epistemológico e por alguns aportes marxistas, privilegiando as “experiências” de doença e saúde de contextos culturais específicos², bem como o questionamento dos modelos de atenção em saúde no campo sanitário ocidental. Cresce o interesse para a crítica das instituições médicas e a relativização do discurso hegemônico biomédico. Também se observa um forte interesse na reflexão sobre temas como o saber-poder das instituições médicas, citando, por exemplo, os clássicos estudos de Michel Foucault³ sobre o biopoder.

O segundo capítulo da obra discute os limites do determinismo biológico para explicar fenômenos complexos em saúde que são atravessados por temáticas como a desigualdade e a vulnerabilidade social no comprometimento da qualidade de



vida das populações e dos grupos sociais contemporâneos. Para tanto, o antropólogo retoma o debate da sociologia médica, da epidemiologia social, da demografia histórica das doenças, os problemas da saúde pública e temas acerca da medicina social.

Já no terceiro capítulo se encontra a discussão das diferentes teorias culturais que envolvem o tema saúde-doença nas ciências sociais, com ênfase no debate dos universos narrativos e simbólicos que aglutinam experiências subjetivas e próprias do mundo local. Para tal debate, Hernáez retoma a contribuição da fenomenologia na elaboração de estudos qualitativos que privilegiam uma dimensão compreensiva dos fenômenos corpo, saúde e sofrimento humano.

No último capítulo, agregando uma parte final intitulada “Etnografía y promoción de la salud”, o pesquisador centra-se na elaboração de uma reflexão apurada sobre a dimensão da enfermidade pensada a partir do produto das desigualdades sociais, processos políticos e por conjuntos normativos engendrados pela sociedade. Reflete sobre o papel da biomedicina como um sistema de conhecimento e produção de práticas que mascaram contradições, produzindo seus próprios fetiches e empoderamentos como paradigma cientificista dominante na cultura ocidental.

O antropólogo finaliza sua obra argumentando sobre a necessidade de uma “hermenêutica crítica” constituída a partir da contribuição de uma pesquisa etnográfica que considera os vínculos entre representações dos processos de saúde-doença e as estruturas de poder. Assinala, sobretudo, o teor do “significado cultural” encontrado nas narrativas de sofrimento e aflição nos contextos da desigualdade social e sua estreita relação com as lógicas de dominação. Retoma a importância da etnografia como instrumento de análise sociosanitária, de intervenção e promoção da saúde, conforme ele mesmo argumenta, na página 175: *el método etnográfico se ha re-*

velado como un potente instrumento para la promoción de la salud, para la adaptación regional de las políticas sanitarias internacionales y para afrontar los retos locales de una salud cada vez más global e interdependiente. Nesse sentido, a etnografia pode proporcionar a visibilidade de escutas sociais e, assim, ajudar na promoção da participação social no campo da saúde coletiva a partir do encontro dialógico com as realidades culturais dos grupos sociais.

Indiscutivelmente, esta obra – ainda não traduzida no Brasil – oferece uma discussão relevante acerca da pesquisa antropológica no campo da saúde coletiva, possibilitando aos estudantes, pesquisadores em ciências humanas e sociais e profissionais da saúde uma oportunidade de adentrar a revisão histórica dos grandes marcos teóricos sobre as relações entre a saúde e as ciências sociais. Além disso, o autor atualiza seu debate, oportunizando a realização da crítica dos modelos assistenciais hegemônicos em saúde legitimados pela racionalidade biomédica que, inegavelmente, não oferecem respostas satisfatórias às complexidades encontradas no âmbito sociocultural, abrindo, com isso, um debate rico e fecundo sobre a importância da pesquisa etnográfica como uma possibilidade para a promoção da saúde e, conseqüentemente, a compreensão mais abrangente e contextual da dimensão complexa que a saúde vislumbra na experiência da diversidade humana.

Referências

1. Beltrán GA. *Programas de saúde na situação intercultural*. México: Instituto Indigenista Americano; 1955.
2. Good B. *Medicine, rationality and experience: an anthropological perspective*. Cambridge: CUP; 1994. (Lewis Henry Morgan Lectures).
3. Foucault M. *La vida de los hombres infames*. Madrid: Ediciones Piqueta; 1990.